

A Prótese da Língua: uma Reflexão sobre Relações Trans/interculturais de Pesquisa/ensino de Línguas

**Language's prothesis: reflexion on Trans / Intercultural Relationships
in Language Research**

América Lúcia Silva Cesar*

* Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador - BA, 40170-115,
e-mail: americacesar@terra.com.br

RESUMO: Neste texto, atualizo reflexão sobre metalinguagem e colonialidade e o seu impacto nas políticas de pesquisa e ensino de línguas a partir da experiência de pesquisa que venho acompanhando há alguns anos com os povos indígenas na Bahia. Para isso, retomo discussão sobre conceito de língua e correlatos, presentes em outros trabalhos, agora com o foco nos processos de nomeação/quantificação das línguas e na experiência de retomada da língua pataxó. Recorro também à contribuição teórica de diversos autores e autoras no campo da linguística aplicada, antropologia, estudos culturais e de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: metalinguagem, patxohã, políticas de pesquisa

ABSTRACT: In this text, I reflect on the development of (meta)language, coloniality and its impact on the research and teaching of languages among indigenous peoples in Bahia. To that end, I have returned to the discussion on the concept of language and correlates, focusing on processes of naming and/quantifying, specially pataxó's language writing. Authors on applied linguistics, anthropology, cultural studies and gender studies are relevant sources for this study.

KEY-WORDS: language, patxohã, research policies

INTRODUÇÃO

São inúmeros os sujeitos “sem língua”, se levados em consideração os nomes, números e preceitos teórico-metodológicos de descrição e classificação dos repertórios linguísticos. Linguistas ou outros cientistas sociais, quando se referem a “língua”, recorrem aos modelos taxinômicos ou políticas linguísticas hegemônicas sem demonstrar constrangimento ou inquietação. Assim, discutir aqui o que significa “definir”, “nomear”, e conseqüentemente “quantificar” línguas, me parece ainda relevante, principalmente pelo esquecimento das questões político-ideológicas que tais procedimentos encerram.

Nos limites deste texto desejo continuar a discutir minimamente paradigmas hegemônicos em relação à língua do ponto de vista empírico/teórico, tomando como ponto de partida os conceitos de língua e língua materna principalmente entre professores/pesquisadores indígenas com quem venho trabalhando. Se eu puder chegar a alguma conclusão provocadora de futuros debates, será sempre movida por uma pretensão de contribuir para uma pedagogia antirracismo, principalmente quando se trata de realçar as formulações políticas de pesquisa e ensino de língua de interesse dos povos indígenas no Nordeste brasileiro, denominadas por eles mesmos de “políticas de resistência” (BOMFIM, 2011,p.54).

AS LÍNGUAS E OS NOMES

Do ponto de vista da teoria linguística ocidental, principalmente na linguística/sociolinguística clássicas, a constituição do imaginário da língua tem sido acionada tradicionalmente por dois procedimentos metodológicos grosso modo: num, advoga-se um “sistema” imutável/homogêneo, cuja comparação dos quadros fixos no tempo/espço explicaria a “variabilidade” e/ou mudança linguística (linguística descritiva/histórica); noutro, incorpora-se ao “sistema” essa heterogeneidade, através de uma equação de variantes, que de uma forma ou de outra recuperam a “unidade do sistema” e circunscrevem uma identidade essencializada (sociolinguística variacional, crioula, dentre outras). Como consequência, o que não estiver sob o domínio unificador da “língua”, não existe (não é língua), já que a “unidade da língua” torna toda e qualquer forma de comunicação verbal “classificável” a partir dos paradigmas que a constituem ontologicamente. (CESAR; CAVALCANTI, 2007). O problema é com o que não se encaixa, o que fica à margem dos paradigmas integradores do seja a “língua nomeada”. Cria-se, por um lado, uma massa de subcategorizados pelos efeitos de evidência que constituem a “língua” e se relega ao “esquecimento” ou mesmo se renega explicitamente o que não seja previsível por essa classificação, com a consequentemente estigmatização dos sujeitos que também não respondam linguisticamente pela determinação taxonômica. (CAMERON,2012).

Então, como consequência, há realizações linguístico- discursivas que estão por aí circulando, sem nome, como seres invisíveis ou ignorados. É o caso, por exemplo, dos criativos conjuntos comunicativos de sinais caseiros utilizados por surdos em

determinados contextos familiares ou outros socialmente mais localizados, mas que não encontram lugar na escola ou nas políticas linguísticas oficiais porque não se apresentam como “língua”, já que a “língua” dos surdos, reconhecida nas escolas e outros espaços institucionais no Brasil, com sua “unidade/identidade” reconhecida é a libras (KUMATA, 2012).

Por outro lado mas terminando no mesmo lugar, é preciso salientar que a consideração da libras como língua é resultado relativamente recente de uma luta intensa do movimento de surdos para fazer o Estado brasileiro assumir a sua cultura e linguagem como objeto das políticas públicas de ensino e pesquisa. Foi preciso um esforço de convencimento teórico/político para se considerar como “língua” algo que não se explicitaria na base da tradição ocidental de estudos linguísticos a partir de uma materialidade “verbal” traduzida apenas em duas modalidades (“oral/escrito”). Ou seja, para que as formas diversas de comunicação da cultura surda pudessem se expressar institucional e politicamente, foi necessário assumir os supostos científicos estabilizados a partir de uma “cultura ouvinte” pela ciência linguística e traduzi-los em libras, operando-se uma redução totalizadora. Quando muito, admite-se a complexidade das formas de comunicação dos surdos no Brasil como mera expressão da variedade dialetal da libras. O “resto” é “não-língua”. Se existe como sinais, materialidade comunicativa de fato, não parece figurar nas preocupações de professores e planejadores linguísticos, a não ser como algo a superar.

Resumindo, o conceito de língua e seus correlatos, tal como se estruturam discursivamente na contemporaneidade, embora enfrentem um já considerável escopo crítico¹, forjam-se num contexto sócio-histórico a serviço da colonialidade² ou hegemonia cultural à revelia da complexa dinâmica das diferenças culturais na contemporaneidade. O mito da língua como uma unidade reificada, passível de descrição científica e nomeação no singular, supõe um fictício “ser da língua” como algo dado, que se estende em conceitos correlatos de difícil coerência, tais como

¹ CARBONI;MAESTRI, 2003; CESAR;CAVALCANTI,2007; GUILHERME,KEATING,2008, MAKONI; MEIHOFF, 2006; MIGNOLO, 2003; MOITA LOPES, 2013; VERMES;BOUTET, 1989, dentre outros.

² Quijano (2002:7) define como colonialidade.“1) a colonialidade do poder, que tem a ideia de “raça” como fundamento do padrão universal de classificação e dominação social; 2) o capitalismo, como padrão universal de exploração social; 3) o Estado como forma central universal de controle da autoridade coletiva; e 4) o eurocentrismo como forma hegemônica de controle no modo de produzir conhecimento, por isso mesmo, a base intersubjetiva mais universal de dominação política dentro do atual padrão de poder”.

“língua natural” “artificial”, “língua morta”, “língua materna”, dentre outros. Mesmo que a “língua” seja um construto teórico, como o linguista grego Eugênio Coseriu (1986) já admitia no século passado, há um “esquecimento” dessa condição sócio-histórica. E a sua relação estreita com a construção de subjetividades fica escamoteada, como chama atenção a ativista e intelectual negra Lélia Gonzalez, ao manifestar uma inquietação no que se refere à língua e sua nomeação:

(...) o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa. (...) E quando a gente fala em função materna, a gente tá dizendo que a mãe preta, ao exercê-la, passou todos os valores que lhe diziam respeito pra criança brasileira, como diz Caio Prado Júnior. Essa criança, esse infans, é a dita cultura brasileira, cuja língua é o pretuguês. (...) **É o nome de uma ausência** (,,) engraçado como eles gozam a gente quando a gente diz que é Framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado (...) Não sacam que tamos falando pretuguês.”(GONZALEZ, 1984, pag. 234)

Para Lélia Gonzalez, é preciso olhar com mais atenção a linguagem e seu funcionamento quando se trata do que os negros falam. Ao analisar o racismo em relação à história (e línguas) da diáspora africana no Brasil, termina por “dar um nome”, para incluir a “cor” na definição da língua já nomeada (português/ “pretuguês”). E faz isso como contraponto à prática comum de identificar apenas uma língua, a portuguesa, e classificar a “diferença” com uma sua variante (norma, variedade, dialeto, com uma conotação marcadamente geográfica ou de classe social), sempre desprestigiada, que serve para acionar a “inferiorização” (infantilização)” do negro pela linguagem.³

Bell Hooks, outra intelectual ativista negra, ao denunciar a ideologia que subjaz à apologia ao inglês padrão em relação aos chamados “usos das variantes da língua inglesa” pelos afro-americanos nos Estados Unidos, chama a atenção para o funcionamento da língua na operação do racismo:

Eu sei que não é a língua inglesa que me fere, mas o que os opressores fazem com ela, como eles a moldam para se tornar um território que limita e define, como eles fazem dela uma arma que pode envergonhar, humilhar, colonizar (...) Somente como mulher adulta

³ MARCELLESI, Jean Batiste; GARDIN, Bernard. *Introduction à la Sociolinguistique* [Larousse](#) Libraire, 1974

comecei a pensar sobre essas pessoas negras com relação à língua, pensar sobre seu trauma de serem forçadas a testemunhar sua língua se tornar sem sentido na cultura européia colonizadora, onde vozes julgadas estrangeiras não poderiam ser faladas, eram línguas fora da lei, fala renegada. Quando me dei conta de quanto tempo tinha levado para os americanos brancos reconhecerem as diferentes línguas dos americanos nativos, aceitarem que a fala que seus ancestrais colonizadores declararam ser meramente grunhidos ou cuinchos era de fato *língua*, é difícil não ouvir sempre no inglês padrão o som de massacre e conquista. (HOOKS, 2008, pag.172)

Quando se trata dos povos indígenas, a língua assume identidade cultural-étnica, mas também de acordo com as formas totalizadoras e excludentes da metalinguagem disponível. Os povos que não se encaixam no desenho teórico proposto com a autoridade da antropologia e linguística tradicionais, principalmente aqueles que têm contatos lingüísticos intensos e continuados, ficam desfalcados no reconhecimento dos seus direitos lingüísticos. O imaginário social do que seja uma “língua” atravessa o discurso de antropólogos e linguistas quando tratam dos usos sociais da linguagem entre populações indígenas e não se perguntam se os seus instrumentos teóricos e metodológicos servem para abordar a especificidade indígena. O mesmo acontece com as metodologias adotadas nas pesquisas dos censos, que ignoram os significados atribuídos pelos indígenas aos seus repertórios (meta)lingüísticos, valendo-se unicamente de um genérico imaginário do que seja “língua indígena” nos seus questionários.

Nesse contexto, para enfrentar o racismo e o preconceito lingüístico próprios das relações interétnicas marcada pela desigualdade, esses povos tendem a reivindicar políticas de ensino e pesquisa interculturais: ao lado do ensino da língua nas normas dominantes, incluem o estudo da “língua e cultura própria”, da língua e cultura indígena, como uma chave de resistência para legitimar a sua identidade cultural/étnica e sua autonomia política, conforme tentarei discutir mais detalhadamente a seguir, a partir de experiência entre os pesquisadores e professores Pataxó.

AS POLÍTICAS DA LÍNGUA E CULTURA PELOS PESQUISADORES PATAXÓ

No caso de índios do nordeste, a tradição científica de tomar “a língua” como um dos elementos para a identificação de grupos étnicos conduziu a premissas redutoras ou mesmo equivocadas, no que diz respeito à relação língua, cultura e identidade étnica. A muito custo o reconhecimento de que é possível ser “índio e monolíngue em português” saiu dos pequenos grupos de pesquisa, galgou documentos oficiais, como

marcos legais, mas ainda encontra sérias resistências no imaginário social (inclusive entre os próprios indígenas) ou mesmo nas práticas acadêmicas. Esse estigma vincula-se pelo reconhecimento da legitimidade cultural que confere a “posse de uma língua indígena” no seu status de língua materna, falada em quase todas as situações de vida, descrita a partir de estruturas identificáveis em níveis discretos e hierárquicos já estabelecidos (léxico, morfossintaxe e fonologia). (CESAR, 2003; CESAR E CAVALCANTI, 2007)

Bomfim (2012) localiza o início da iniciativa de pesquisa e documentação da língua pataxó pelos jovens pesquisadores da língua e cultura Pataxó no trabalho dos velhos pataxós Arawê, Kanatio e Zabelê, de repassar o seu conhecimento para os mais novos e não esquecer a sua língua. De lá para cá, são, pelo menos, quase trinta anos de trabalho ininterrupto, em que pesquisadoras e pesquisadores autônomos, junto aos mais velhos, escavam, documentam, classificam, organizam, falam, escrevem e ensinam “a língua pataxó”, que decidiram, nesse processo, nomear como “patxohã”, que significaria “língua de guerreiro”. Os mais velhos, mesmo sendo pouco afeitos a contatos com o mundo de fora, já sabiam reconhecer esse poder da língua. Esse trabalho de pesquisa, documentação e gramaticalização da memória indígena, chama-se “retomada da língua”. Com o termo “retomada da língua”, os pesquisadores e pesquisadoras Pataxó ressignificam o termo “revitalização”, próprio das formulações acadêmicas canônicas, calcada nos pressupostos de base positivista/ naturalista. A palavra “retomada” remete a práticas políticas de resistência na ocupação e desintrusão dos territórios indígenas tradicionais em mãos de não-indígenas.

Desse modo, o trabalho de afirmação de uma identidade lingüística, de descrição e uso da “língua” pataxó, configura-se como uma atitude política, de resistência, de autoria/autonomia (CESAR, 2011)⁴, no contracampo da luta por um projeto político/identitário de povo, de nação. Mas essa atitude está marcada por configurações trans/interculturais, na medida em que esse conjunto de formulações e usos de linguagem, assumidos como “língua”, precisa ser reconhecido dentro das formações discursivas que definem “ a língua” como algo já dado, do domínio dos lingüistas e gramáticas. Caberia aos pesquisadores Pataxó formatar o repertório conceitual e discursivo que vem da pesquisa empírica, do que entendem os mais velhos como

⁴ Por autoria/autonomia entendo a possibilidade de o sujeito-autor/leitor exercer gesto de tomada de palavra quando não está autorizado como falante ratificado, no sentido de definir um lugar próprio ou alterar as relações de poder hegemônicas. Autoria/autonomia como um movimento é constitucionalmente político. Ainda que tenha uma dimensão individual, só se realiza coletivamente (César, 2011).

“idioma pataxó”, dentro das exigências canônicas para fazer frente às outras línguas que circulam na escola indígena (português e inglês) ou nas academias.

Dizendo o mesmo de outro modo, torna-se necessário “gramaticalizá-la” dentro do imaginário da “língua” e do que hegemonicamente se concebe como descrição de língua. No entanto, mais que um adereço ou diacrítico funcional para o Outro, a retomada da língua indígena, o trabalho de ensino/pesquisa dessa língua adquire diversos significados no seu próprio fazer, dos quais os pesquisadores e pesquisadoras Pataxó estão a falar. Pelo que se pode ver, representa um elo de união de um grupo que precisa se fortalecer politicamente, espiritualmente, garantir o seu território e sobreviver respeitando os seus vínculos ancestrais, num intenso trânsito intercultural, diaspórico. E nesse processo subverte e reescreve a própria contingência histórica, inaugurando novas perspectivas de pesquisa e ensino da ancestralidade e memória indígena.

Se tomarmos, por exemplo, o conceito de língua materna, vamos ver mais facilmente essa tensão nas concepções e crenças existentes no campo das culturas indígenas e a cultura hegemônica. No discurso de professores Pataxó, por exemplo, é recorrente a afirmação de que o pataxó é sua língua materna, e do ponto de vista dos estudos sobre as línguas indígenas (Rodrigues, 1999), o pataxó aparece como uma língua morta ou extinta. Sem falar que, pela definição de língua materna dos manuais de linguística, o português é que seria a sua língua materna.

No seu discurso sobre a língua pataxó, os pataxós, quando muito, admitem que o pataxó é uma língua que foi esquecida, que está adormecida, mas nunca admitem entendê-la como uma língua morta, como afirmam os linguístas. Do mesmo modo, o português aparece como uma língua alheia, a língua do colonizador, que eles querem aprender como recurso para poder se comunicar para fora e melhor defender seus direitos, mas não admitem o português como sua língua materna. Aliás, depois de eu muito insistir, trazendo a visão da linguística sobre língua materna numa das aulas, no curso de formação, um dos professores pareceu concordar comigo, para reafirmar em seguida: “Tá, o português é nossa língua materna, mas, então, o pataxó é a nossa língua-mãe, assim como Barra Velha é nossa aldeia-mãe” e começaram a teorizar o que seria uma língua-mãe. Então, os professores e professoras pataxós, no que definem uma língua pataxó como sua língua materna, ou sua língua-mãe, que atualmente retomam com o nome de Patxohã, colocam em confronto o instituído pela linguística clássica e pelo imaginário corrente e demonstram a necessidade de novas formas de falar e descrever a língua de acordo com as suas próprias perspectivas.

Essa deriva se encontra também expressa no trecho citado a seguir, que está no livreto que compõe o cd produzido de forma autônoma pelos Pataxó, com músicas em patxohã, criadas por jovens e crianças da escola indígena de Coroa Vermelha:

Para nós, a língua pataxó era um espírito muito importante em nossa sociedade, pois sustentava a interação do homem com os espíritos e com a natureza, bem como, a manutenção de *status* e da tradição de vida social do grupo.⁵

Então, canta-se para invocar esse espírito da língua, a língua materna em intrínseca relação com a ancestralidade e história do grupo, elemento de ligação, responsável pela interação do homem com os espíritos, com a natureza, elemento essencial na constituição da identidade étnica e política.

Hoje se ampliou a penetração do patxohã para além da escola. Há uma rede de comunicação pelo whatsapp em patxohã, sites, blogs e páginas em facebook onde conversam e postam textos na língua, dentre outras formas de comunicação diária. Conforme descreve Bonfim (2012), a coordenação Atxohã, formada por um grupo de pesquisadores do patxohã, está preocupada em ativar a pesquisa e criação de novos recursos linguísticos, solução de problemas encontrados na comunicação, finalização da gramática para divulgação externa e realização de encontros, seminários, cursos para ensino/aprendizagem da língua. Nessa dinâmica, embora recorram a estudos e demais contribuições acadêmicas, evitam divulgação dos dados e a cooperação mais direta de linguistas e outros cientistas sociais.

Bonfim(2012) também discute, num dos capítulos da sua dissertação, como os mais velhos pensam e falam dessa língua e conclui que há certa tensão entre os significados atribuídos pelos mais velhos e o que os jovens pensam e fazem com a língua. Aliás, neste momento, a autora, que é uma professora pataxó, pioneira nesse grupo de pesquisadores, realiza um projeto de doutorado cujo objetivo central é justamente mapear a penetração do patxohã na comunidade indígena e as diversas atitudes dos seus membros em relação ao que chama “retomada da língua”.

Nessa luta, no trabalho estratégico do ponto de vista ideológico e político de ressemantizar a língua pataxó, em nomear/gramaticalizar os seus usos e criar novas

⁵ Excerto de **Ihixú xôhã suniatairá iôp pahâtê: Cantando sonhos de uma nação guerreira**. CD de autoria de alunos, alunas e professores e professoras da Escola Indígena Pataxó de Coroa Vermelha (2004/2005). Produzido pela Escola Indígena Pataxó de Coroa Vermelha, Aspectur, com apoio do Ministério da Educação e Prefeitura Municipal Santa Cruz Cabralia.2007, p.22-23

possibilidades dentro do que puderam compilar no curso das suas pesquisas, não sobra espaço para refletir sobre os complexos e diversificados recursos linguísticos nos seus imbricamentos pragmáticos do cotidiano. Por não ter aparentemente um valor político imediato, o que fica evidente é o esforço de decantação, distinção e nomeação de frações desse complexo como “língua pataxó”, algo palpável e necessário para a resistência cultural e política, para poder reafirmar a sua “cor”, como queria também Lélia Gonzalez com o pretuguês..

E o que fica dessa experiência intercultural para nós é uma profunda provocação a respeito do poder da branquitude (Bento, 2002) na ciência que produzimos e a necessidade urgente de reparação dos seus danos.

REFERÊNCIAS

- ARRUTI, José. A “emergência” dos remanescentes: notas para um diálogo entre indígenas e quilombolas. *Mana* vol.3 n.2 Rio de Janeiro Oct. 1997
- BENTO, Maria Aparecida. Branqueamento e Branquitude no Brasil. In: Bento, Maria Aparecida e Carone, Yrai. *Psicologia social do racismo.- estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ:Vozes, 2002.
- BOMFIM, Anari. Política linguística : uma experiência de autoria Pataxó. XII Conlab, 2011. In: [http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/ARQUIVO_artigoconlab3.Acesso em março de 2015](http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/ARQUIVO_artigoconlab3.Acesso%20em%20março%20de%202015).
- BOMFIM, Anari. Patxohá, língua de guerreiro: processo de retomada da língua pataxó; 2012; Dissertação (Mestrado em Mestrado em Estudos Etnicos) - Universidade Federal da Bahia,
- CAMERON, Deborah. *Verbal Hygiene*, Routledge, London;NY, 2012
- CARBONI, Florence, MAESTRI, Mário. *A Linguagem Escravizada: língua, história, poder e luta de classes*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2003.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL,Ramón(orgs.) *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.
- CAVALCANTI, Marilda. AILA 1996 e um estado da arte em microcosmo da Linguística Aplicada. In: SIGNORINI, I & CAVALCANTI, M. (orgs.) *Linguística Aplicada e Transdisciplinaridade: questões e perspectivas*. Campinas, Mercado de Letras, 1998.
- CESAR, America. *As vozes e as verdades: reflexões sobre a linguagem*. Salvador, Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, 1989.
- _____. Os diversos significados da língua. *Intercâmbio* (PUCSP), São Paulo-SP, v. 12, p. 09-15, 2003.
- _____. *Lições de abril: construção de autoria entre os Pataxó de Coroa Vermelha*. Salvador: EDUFBA, 2011.

CÉSAR, America.; CAVALCANTI, Marilda. Do singular ao multifacetado: o conceito de língua como caleidoscópio. In: CAVALCANTI, M.; BORTONI-RICARDO, S. M. (orgs.) *Transculturalidade, linguagem e educação*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007.

COSERIU, Eugênio. *Introducción a la lingüística*. Madrid, Editorial Gredos. 1986,

DINIZ, Leandro. *Política lingüística do Estado brasileiro na contemporaneidade: a institucionalização de mecanismos de promoção da língua nacional no exterior*. Doutorado em Linguística. Unicamp. (Tese) 2012

GONZALEZ, Lélia . Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GUILLERME, Manuela; KEATING, Clara; HOPPE, Daniel. Intercultural responsibility: power and ethics in intercultural dialogue and interaction. In: GUILLERME, Manuela, et al (orgs.) *The intercultural dynamics of multicultural working*, Toronto, Multilingual Matters, 2010:77-94

HOOKS. B. Language: teaching new worlds, new words. Publicado em *Teaching to Transgress: Education as Practice of Freedom*. New York: Routledge, 1994. Trad. Carlianne Paiva Gonçalves, Joana Plaza Pinto e Paula de Almeida Silva. * Language. *Revista Estudos Feministas*, vol.16, Florianópolis, 2008:167-175.

KUMADA, Kate. “No começo ele não tem língua nenhuma, ele não fala, ele não tem LIBRAS, né?” : representações sobre línguas de sinais caseiras. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada). Campinas, SP : [s.n.], 2012.

MAHER, Therezinha. De língua vilã, à língua emprestada, à língua aliada: Representações acerca da língua portuguesa em discursos sobre políticas linguísticas no Acre indígena. In: CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS (CONLAB), 11., 2011, Salvador. Anais... Salvador: UFBA, 2011. Disponível em: . Acesso em: março. 2012.

MAKONI, S; MEINHOF, U. Lingüística aplicada na África: desconstruindo a noção de língua. in: MOITA LOPES, L. (org.) *Por uma lingüística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola Ed., 2006.

MIGNOLO, Walter. *Histórias Locais/Projetos Globais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

QUIJANO, Anibal. *Colonialidade, poder, globalização e democracia*. In *NOVOS RUMOS 28 ANO 17 • NO 37 • 2002 disponível em <http://antropologias.descentro.org/rpc/files/downloads/2010/08/An%C3%ADbal-Quijano-Colonialidade-Poder-Globaliza%C3%A7%C3%A3o-e-Democracia.pdf>* acesso em 28/11/2013

RAJAGOPALAN, Kanavilil *O conceito de identidade em Lingüística: é chegada a hora para uma reconsideração radical*. Tradução de Almiro Pisetta. In: SIGNORINI, Inês (org.) *Lingua(gem) e identidade. elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas. FAPESP, FAEP/Unicamp/ Mercado de Letras, 1998 .p.21-46

RODRIGUES, Aryon. A originalidade das línguas i (Conferência feita na inauguração do Laboratório de Línguas Indígenas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília, em 8 de julho de 1999.) disponível em http://vsites.unb.br/il/lali/publicacoes/publ_001.html acessado em maio de 2014

WACQUANT, Loic (2011) “A Janus-Faced Institution of Ethnoracial Closure: A Sociological Specification of the Ghetto” In Ray Hutchison and Bruce D. Haynes (eds) *The Ghetto: Contemporary Global Issues and Controversies*. Bouldier: Wordview, 1-31.

Data de recebimento: 08/09/2018

Data de aprovação: 03/12/2018